



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO EM GERAL

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS EM GERAL

1. OBJETO (CATSER 2537-2)

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de cartões de abastecimento de combustível.

2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

1. 2.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)

2.1.1. A presente contratação tem por objetivo promover o abastecimento dos veículos locados e cedidos que serão utilizados nas Eleições 2024.

2.1.2. Os veículos serão abastecidos através de cartões magnéticos personalizados e deverão ser aceitos nos postos credenciados pela empresa contratada.

3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO

3.1. Os cartões de Abastecimento de combustível deverão ser entregues na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Av. João Batista Parra, 575, Vitória, ES, no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias após a assinatura do instrumento contratual.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Fornecimento de 50 (cinquenta) cartões magnéticos, habilitados com crédito inicial no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, perfazendo um total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e mais 05 (cinco) cartões sem créditos iniciais;

4.2. Além do quantitativo acima, a contratada deverá disponibilizar reserva técnica no valor de R\$ 20.726,98 (vinte mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos) para os procedimentos de recarga dos cartões, se necessário, durante o transcorrer do contrato;

4.3. O total previsto **com a presente contratação** é de R\$ 70.726,98 (setenta mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos).

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. PREPOSTO E COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

5.1.1. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

5.1.2. A contratada deverá indicar, em até 15 dias úteis, o preposto que atuará como seu representante, mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo números de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato.

5.1.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.2. SANÇÕES APLICÁVEIS

5.2.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos.

5.2.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

- a) Pelo atraso injustificado no início da execução do contrato, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% ao dia, pelo prazo de até 10 (dez) dias, calculada sobre o valor do objeto em atraso.
- b) Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.
- c) Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.
- d) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

5.2.3. Caracterizará a inexecução contratual:

- a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 10 dias na execução do objeto.
- b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

5.2.4. Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

5.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida.

II - as peculiaridades do caso concreto.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.2.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

5.2.7. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.2.8. As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

5.2.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.2.10. A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

5.2.11. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto executado em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

5.2.12. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES, devendo a solicitação ser sempre por escrito e recebida contemporaneamente ao fato que ensejál-a.

5.2.13. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

5.2.14. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.2.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.3.1. Fornecer os cartões magnéticos, personalizados, os dados serão fornecidos pela contratante, mediante solicitação da contratada, e sem custo adicional nas condições estabelecidas neste termo;

5.3.2. Os créditos dos cartões fornecidos somente deverão ser liberados para utilização após autorização formal da contratante;

5.3.3. A contratada estará isenta de responsabilidade pelo extravio dos cartões de abastecimento utilizados pela contratante;

5.3.4. Credenciar junto ao TRE/ES um representante domiciliado na Grande Vitória para prestar esclarecimentos, atender possíveis reclamações e providenciar o atendimento das solicitações formuladas durante a relação contratual, bem como dispor de uma linha telefônica exclusiva de emergência (do tipo “0800” ou que aceite ligações a cobrar) para atendimento em finais de semana e feriados.

5.3.5. Garantir a validade dos cartões magnéticos e sua aceitabilidade, sem nenhum outro ônus, em todos os municípios discriminados no item 5.3.15. deste termo de referência;

5.3.6. Substituir os cartões magnéticos defeituosos ou danificados, no transcorrer do contrato, e sem custo adicional, sempre que solicitado pela contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

5.3.7. Caso necessário, a contratada deverá fornecer cartões extras (máximo de quinze), para atender os veículos cedidos por outros órgãos públicos na véspera e dia do pleito, com crédito unitário (dentro da reserva técnica) a ser definido, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

5.3.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato sem prévia anuência da contratante;

5.3.9. Não haverá cadastramento prévio dos veículos que poderão ser abastecidos (vinculados a cada cartão);

5.3.10. Disponibilizar à contratante sistema de consulta de créditos no momento da entrega dos cartões e durante o transcorrer do contrato;

5.3.10.1. O sistema deverá possibilitar consultar, com base na numeração individual do cartão, o saldo e o histórico de sua utilização, trazendo: identificação do posto, data, hora e valor do abastecimento, bem como relatório do consumo de todo lote de cartões em um determinado período estabelecido pelo responsável pela consulta;

5.3.11. Efetuar recarga de créditos nos cartões magnéticos ou remanejamento de créditos entre os cartões, sempre que solicitada pela contratante, no valor que este estabelecer, no prazo máximo de 02 (duas) horas;

5.3.12. Bloquear os cartões magnéticos, sempre que solicitado pela contratante, no prazo máximo de 02 (duas) horas;

5.3.13. Os cartões emitidos deverão ser válidos para abastecimento nos postos credenciados até o dia 31/12/2024;

5.3.14. Após a data estipulada acima, todo crédito remanescente deverá estar permanentemente indisponível para utilização;

5.3.15. Manter durante toda execução do contrato pelo menos um posto de abastecimento conveniado em cada um dos seguintes municípios: Afonso Cláudio, Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Guaçuí, Guarapari, Ibatiba, Ibirapu, Iconha, Itaguaçu, Itapemirim, Iúna, Jaguaré, Linhares, Marataízes, Mimoso do Sul, Montanha, Muniz Freire, Nova Venécia, Pancas, Pinheiros, Rio Bananal, São Gabriel da Palha, São Mateus, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha e Vitória;

5.3.16. A Contratada deverá apresentar a relação de postos credenciados antes da assinatura do instrumento contratual;

5.3.17. Em caso de constatação, pela contratante, de inexistência de posto credenciado em algum dos locais elencados durante relação contratual, a contratada deverá realizar o credenciamento de novo posto, mantendo as mesmas condições do instrumento contratual, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da comunicação da contratante;

5.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.4.1. Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.

b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

5.4.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO

6.1.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o quinto dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

6.1.2. O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

6.1.3. Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

6.2.1. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

6.2.2. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

6.2.3. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese,

o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

6.2.4. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

6.2.5. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

6.2.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, na qual:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,0001643$ Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6.2.7. A contratante pagará à contratada, mensalmente, o valor correspondente aos créditos efetivamente utilizados em cada cartão magnético fornecido, acrescido do percentual relativo à taxa de administração, mediante depósito bancário em sua conta-corrente até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo, devidamente atestado pela Administração da contratante, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.1. Apresentar, para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da empresa.

7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

7.2.1. Apresentar, para fins de qualificação técnico-operacional, atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória dos serviços com características semelhantes ao objeto (cartões de abastecimento de combustíveis) que se pretende contratar.

8. PREÇO ESTIMADO

8.1. Valor de referência = (-) 1,97%

ITEM	Valor Previsto – A Ser Disponibilizado (R\$)	Percentual Estimado (%)	Valor Estimado para Contratação (R\$)
01	70.726,98	(-) 1,97	69.333,66

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISPONIBILIDADE	Há disponibilidade orçamentária
ASPECTOS TÉCNICOS	
PROGRAMA DE TRABALHO (AÇÃO)	02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais
NATUREZA DA DESPESA	339030 – MATERIAL DE CONSUMO
SUBITEM DA DESPESA	01 – Combustível e Lubrificantes
PLANO INTERNO	FUN MATAUX
VALOR CONSIDERADO	R\$ 70.726,98 (Conforme item 4.3 do Termo de Referência(<u>1100163</u>))

10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. O prazo de vigência será da assinatura do contrato até o dia 31/12/2024.



Documento assinado eletronicamente por **ALKINDAR DA SILVA SPALA**, **Chefe de Seção**, em 13/03/2024, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1116855** e o código CRC **C4244CA4**.